

Política de Sistema de Monitoramento de Vídeo

1. Objetivo

Para a segurança dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e visitantes em geral, bens e informações, possíveis furtos, prática de assédio sexual e segurança interna, a empresa opera um sistema de proteção de vídeo monitoramento em toda sua instalação. A tecnologia de circuito fechado de monitoramento auxilia na mitigação de riscos de acessos não autorizados às instalações, garantir segurança aos seus clientes e fornecer registro de eventuais incidentes.

A presente política descreve o sistema de vídeo monitoramento e as medidas de salvaguarda que a empresa recorre para proteger os dados pessoais, a privacidade e outros direitos fundamentais das pessoas observadas pelas câmeras.

2. Conformidade com as regras de Proteção de Dados

A empresa opera os seus sistemas de vídeo monitoramento em conformidade com a Lei n. 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados), com a portaria Nº 3.233/2012/DG/DPF (Instruções Segurança Privada), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Art. 5º, e CLT das Leis do Trabalho, contando assim com orientações e recomendações formuladas pela ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

Para tanto a gestão do sistema ficará sob responsabilidade da alta direção da empresa e da equipe de T.I. A limitação de armazenamento das imagens será de no mínimo 40 dias e no máximo 90 dias, ou ainda de acordo com a capacidade que o hardware suportar.

3. Espaços vigiados

A instalação das câmeras de monitoramento tem por objetivo a proteção das pessoas e bens, seja pelo potencial efeito de dissuasão, inibição de invasores e integração com sistemas de alarmes. Devido a isto, a inserção de câmeras levou em conta a necessidade de manter um perímetro de segurança e de controlar os acessos a partir do exterior, de modo que se adeque as circunstâncias do local e de modo que não restrinja excessivamente os direitos dos cidadãos.

As câmeras estão posicionadas estrategicamente internamente e externamente adequadamente para a área ser monitorada, com imagens com qualidade suficiente para o propósito pretendido.

A inserção nestes locais, foi cuidadosamente analisada para garantir a minimização a vigilância dos espaços que não são relevantes para os fins previstos.

4. Dados pessoais recolhidos, fundamentos e finalidade

Os sistemas de monitoramento gravam as imagens em regime contínuo, e em alguns gravadores somente sob ativação do sensor de presença. A gravação registra hora e data, operam 24 horas por dia, sete dias por semana. Quando necessário, a qualidade da imagem permite a identificação da pessoa no espaço abrangido pela câmera.

A base legal para o tratamento de dados será claramente estabelecida, na maioria dos casos, para efeito dos interesses legítimos da empresa, bem como para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades

fundamentais do titular que exijam a proteção de dados pessoais, em especial se o titular for criança.

O sistema é utilizado exclusivamente para a proteção de pessoas e bens. O sistema de CFTV ajuda a garantir a segurança interna e externa da empresa, segurança dos colaboradores e visitantes, bem como dos bens e informações que se encontrem nas suas instalações ou nela armazenadas. O sistema contribui para prevenir, impedir e, se necessário, investigar o acesso físico não autorizado, incluindo o acesso não autorizado a instalações e salas ou infraestruturas de TI. O sistema não é utilizado para qualquer outra finalidade, se não as citadas acima.

Este sistema é usado como instrumento de investigação e também como meio de prova no âmbito de processos penais, e apenas posteriormente, em caso de suspeita de infração penal, podem as imagens serem utilizadas para efeitos de responsabilidades disciplinares, exclusivamente com a finalidade de investigar um incidente.

5. Proteção e salvaguarda dos dados pessoais

Para garantir a segurança do sistema de monitoramento, em especial quanto aos dados pessoais armazenados, foram adotadas medidas de caráter técnico e organizacional, as quais são mencionadas exemplificativamente:

- Os gravadores que armazenam estas imagens encontram-se em instalações protegidas fisicamente de acesso a pessoas não autorizadas. O perímetro lógico das infraestruturas de TI é protegido por firewalls de rede.
- Os direitos de acesso são permitidos aos utilizadores apenas com recursos que são estritamente necessários ao desempenho de suas funções
- Apenas o administrador pode conceder, alterar ou anular direitos de acesso. Toda concessão, alteração ou anulação de direitos de acesso é efetuada por critérios da alta direção da empresa.
- São mantidos somente colaboradores que tenham ciência dos termos internos e confidencialidade, para acesso ao sistema.
- Qualquer aquisição ou instalação de DVR ou câmeras é devidamente analisada pela alta direção desta empresa levando em consideração a proteção de dados.
- É proibido o compartilhamento ou cópia das gravações obtidas, só podendo ser utilizadas nos termos da legislação vigente ou para fins de administração interna.
- Não é efetuada a gravação de áudio destas câmeras.
- Ações para ofuscar a identidade das pessoas, quando pertinente.

6. Solicitação de acesso aos dados pessoais

O titular dos dados poderá enviar solicitação de acesso às imagens do sistema de monitoramento nas quais esteja presente, no entanto, estão sujeitas aos procedimentos internos desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, o qual incluirá verificações necessárias para identificar o direito de acesso e a identificação do solicitante. Quando concedido o acesso, as imagens podem ser visualizadas ou disponibilizadas por registro.

Pode ser concedido acesso a polícia local ou nacional, às autoridades judiciais reconhecidas, e aos serviços de segurança de outras instituições ou de organizações nacionais, se houver a necessidade para investigar infrações penais ou instauração de processos.

A divulgação de imagens, em desrespeito às normas estabelecidas, pode resultar na tomada de medidas disciplinares.

7. Informação ao público

Esta política estará disponível localmente via arquivo físico ou no site da empresa.

Os pedidos de acesso, bloqueio e/ou exclusão de dados pessoais resultados no monitoramento de vídeo devem ser realizados através do Formulário de Requerimento dos Titulares de Dados.